

## POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNABILIDADE: TENSÃO ENTRE VIDA E MORTE

Lilian Rodrigues da Cruz, Eduardo Sugizaki, Letícia Maísa Eichherr



A proposta do Dossiê *Políticas Públicas e governabilidade da vida* é um acontecimento do encontro entre pesquisadoras e pesquisadores dos GEPS - Grupo de Estudos em Psicologia Social, Políticas Públicas e Produção de Subjetividades, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e La Folie - História da Loucura, vinculado ao Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Ao lançarmos a chamada para este Dossiê, que agora vimos alegremente apresentar, nosso objetivo foi reunir artigos e ensaios que discutem as políticas públicas no contemporâneo, afetadas pelo advento do neoliberalismo e das diferentes crises mundiais, e que tragam aspectos históricos para auxiliar na compreensão dos jogos de saber e poder que operam na atualidade e que perfazem os modos de administrar, pesquisar, trabalhar e vivenciar nas referidas políticas, sobretudo em relação à questão central da constituição das subjetividades.

Provocamos a abertura do campo dialógico dizendo que as políticas públicas enlaçadas à vida e às múltiplas formas de existência e resistência estão inscritas num contexto da forma necropolítica da biopolítica e de desinteresse por determinadas vidas (SUGIZAKI, 2020, 2021). No reverso disso e por resistência, afirmamos que “apostamos nas políticas públicas como espaços para interrogações e de encontros coletivos e singulares transformadores de sujeitos e de subjetividades” (EICHHERR; HILLESHEIM; CRUZ 2021, p. 7).

Este diálogo a que nos referimos tem um contexto. Nos inspiramos no encontro potente proporcionado pela junção da escrita de pesquisadoras e pesquisadores que compuseram o livro *Interrogações às políticas públicas: sobre travessias e tessituras do pesquisar* (CRUZ; HILLESHEIM; EICHHERR, 2021), lançado no ano de 2021, onde afirmamos que dos cantos do Brasil e da América Latina, há muito a ser dito e interrogado nas tramas da produção de conhecimentos. Esta obra coletiva foi tomando forma durante a pandemia da Covid-19 e é atravessada, inevitavelmente, pelo tema da política de vida e morte, não apenas pelo concreto da pandemia, mas sobretudo porque ela foi vivida com a particular amargura de ser relegada à humilhante condição de país esmagado pela marginalidade da condição periférica no sistema imperialista, neoliberal e neoconservador do capitalismo mundial de nossos dias. É possível que em poucos anos as pessoas tenham dificuldades de compreender a razão pela qual a vida e a morte pareceram comparecer diante de nós, quase lembrando temas das pinturas do século XIV.



A partir disso, este *Dossiê* é um esforço para dar continuidade ao empreendimento da pesquisa sobre políticas públicas, enlaçadas à psicologia social brasileira que vem pondo em jogo, além dos campos internos da psicologia, também a filosofia, a história, as ciências sociais dentre outros saberes, para pensar questões que muitas vezes só são atingidas por microanálises, ou por análises desde a base, a localidade, o território, os sujeitos, as comunidades locais, os municípios, as regiões metropolitanas. Não ignoramos ou nos alienamos da perspectiva global, macroanalítica. Trata-se de apostas outras e de uma caminhada longa de mãos dadas com esta rede ampla de diálogo que veremos nos artigos desta composição de escrita e reflexão.

Escolhemos duas linhas para alinhar este texto de apresentação com os artigos que encontraremos neste Dossiê. Na primeira buscaremos contar, ainda que brevemente, a história da psicologia social e como ela vem se conformando articulada às políticas públicas. Já na segunda parte teremos reflexões sobre a historicidade daquilo que faz eco e atravessa a produção dos artigos. Nos interrogamos sobre a governabilidade da vida, tomamos por provocação o conceito de biopolítica de Michel Foucault (1993; 1994a e b; 1998; 2000; 2004a e b), questionamos as políticas de vida e morte, contemporizamos com Mbembe e a necropolítica e nos afetamos pelo imperialismo capitalista que parece arrasar tentativas de perspectivas revolucionárias.

## PSICOLOGIA SOCIAL: PISTAS SOBRE A HISTÓRIA E POSSÍVEIS CONTINUIDADES

Dentre os possíveis modos de contar uma história, desde uma perspectiva de olhar (HARAWAY, 2009), escolhemos refletir sobre a história da Psicologia Social a partir de uma inspiração genealógica, o que nos leva a uma história das discontinuidades epistemológicas que conformaram um determinado ramo da Psicologia a se denominar 'Psicologia Social'. Lançamos pistas e, conseqüentemente, não pretendemos focar a história de maneira linear, contínua e que almeja a verdade sobre a psicologia social, tampouco esgotar a narrativa. Segundo Silva (2004), uma genealogia da Psicologia Social não coloca o social como um objeto real e concreto, mas como objeto construído; há um deslocamento do social, bem como da Psicologia Social, do lugar de evidência para um espaço de problematização.

Importante destacar que mencionar os pressupostos epistemológicos da Psicologia social é atentar para as condições de possibilidades de sua emergência, que está imbricado ao contexto histórico em que passa a ser possível falar sobre determinadas coisas de um determinado modo. Diz respeito à maneira como passamos a conhecer o mundo e o sujeito. Tal contexto histórico é a construção da Modernidade, período onde o empirismo e o racionalismo conformam o acesso à verdade. O Iluminismo valoriza a razão, opondo-se ao saber divino que até então preponderava. É nesse contexto, a partir do século XIX, que a Psicologia se ocupa em adequar seu método às ciências da natureza e de encontrar no homem o prolongamento das leis que regem os fenômenos naturais, pois assim poderia possuir status de ciência.

Moraes (2003) retoma um texto de Foucault (*A Psicologia de 1850 a 1950*) para mostrar os impasses no projeto da psicologia como ciência, onde essa foi construída através do esforço da metodologia utilizada das ciências naturais, e se consolidou sobre dois postulados principais: “em primeiro lugar, que a verdade do homem se esgotava em seu ser natural e, em segundo lugar, que o caminho de todo conhecimento científico devia passar pela determinação de relações quantitativas, pela construção de hipóteses e pela verificação experimental” (p. 535).

Este paradoxo levou Wundt, no século XIX, a definir a psicologia como uma ciência intermediária, ela estaria entre a filosofia (social) e a fisiologia (experimental). O paradoxo da psicologia viria, portanto, desse lugar intermediário que ocuparia entre a filosofia (projeto de buscar no homem o prolongamento das leis que regem os fenômenos naturais) e entre a fisiologia (que lhe emprestou



métodos das ciências naturais). Essa dupla filiação da Psicologia Moderna de Wundt – experimental e social – acarretando em dois caminhos epistemológicos distintos no campo da Psicologia Social: a Psicologia Social norte americana e a Psicologia Européia.

O social, nesse contexto, de busca da Psicologia pelo status de ciência e como ciência intermediária, seria colocado pela Psicologia Social norte americana como uma instância secundária de influência sobre o sujeito, ou seja, o projeto da Psicologia Social seria o de adaptar o sujeito que se produz através de um núcleo psíquico previamente dado, estabelecendo-se a primazia do indivíduo sobre o social. Já a Psicologia Social Europeia, sustentada por Le Bon e Freud, tomam as massas (ou grupo) como objeto de investigação, tentando compreender como o indivíduo age quando não está sozinho. Ao darem ênfase ao aspecto social, desenvolvem a noção de coletivo e demonstram a dimensão da irracionalidade presente nas multidões.

Entre 1950 e 1960 estas duas vertentes fundantes da Psicologia Social sofrem abalos como consequência da chamada crise do modelo das Ciências Humanas e Sociais, uma vez que o compromisso social e político dos intelectuais, bem como a atribuição da universidade na formação de profissionais implicados com a realidade social foram duramente criticados. Tais abalos ecoaram fortemente no Brasil, uma vez que os efeitos da desigualdade abissal pediam ações urgentes. A palavra de ordem era melhorar a qualidade de vida da população pobre. Inúmeros autores dividem a Psicologia Social entre antes e depois dessa crise dos anos 70/80. Também podemos arriscar dizer que um divisor de águas é a emergência da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) em 1979, a qual surgiu em reação ao modelo da Psicologia Social experimental cognitiva norte americana, pautada pelo positivismo e por uma compreensão do social como soma dos indivíduos. E não poderíamos deixar de fora o imperativo da transformação social. Dos psicólogos (se mencionava sempre no masculino) esperava-se que fossem os agentes de mudança, aqueles que seriam os facilitadores da conscientização das pessoas, afinal, precisávamos salvá-las das injustiças sociais. Estranho, será que os tentáculos do capitalismo eram em menor número naquela altura? Parece tão ingênuo. O que se pensava era em conscientizar a população pobre!

Talvez possamos pensar, de fato, em antes e depois da crise dos anos 70/80, mas o depois não significa que ela terminou. Ao contrário, entendemos que segue em movimento, interrogando e interpellando o cotidiano das práticas da psicologia em intersecção com outras áreas do conhecimento e com novos acontecimentos, que produzem outros efeitos, como por exemplo, as políticas de ações afirmativas na graduação e pós-graduação para inserção de grupos historicamente excluídos. O aumento de estudantes negras, negros, indígenas, sacudiram a branquitude, mostrando que pessoas brancas também são racializadas, entretanto, por conta de privilégios sociais e estruturais, consideram-se categorias universais. Legítimas reivindicações se somaram, como de autoras e autores não brancos na literatura das disciplinas. Conceitos como colonialidade do saber e do poder, interseccionalidade, pacto da branquitude, capacitismo, cis-heteronormatividade, dentre outros tomam as rodas de conversa, as salas de aula, os eventos acadêmicos. A origem eurocêntrica e cientificista da Psicologia é colocada em questão. As pesquisas modificam-se. O que fazer com o efeito Foucault: desacomodar a Psicologia (HUNING; Guareschi, 2005), com tantas produções recentes que são ferramentas para uma problematização permanente de nossas práticas? Vivemos em crise permanentemente que nos movimenta cotidianamente.

Talvez tenhamos uma pista nas reflexões de Hillesheim, Rosa, Andreatta, Darsie (2022), que apontam que muitas de nós somos atravessadas desde a formação acadêmica pelas ideias de Foucault e de tantos outros autores brancos europeus e operamos a partir de suas ferramentas conceituais ou mesmo inspiradas em suas proposições. Na contemporaneidade, somos desafiadas e convocadas a nos posicionar e entender que as perspectivas da produção de conhecimento hegemônicas são parciais e desde um lugar e, de modo algum, devemos deixar de pensar com Foucault, por exemplo, mas, sobretudo, necessitamos buscar articulações com diferentes visões de mundo, autoras e autores



decoloniais, que debruçam na compreensão das chamadas questões sociais, caras à Psicologia Social, de outras perspectivas.

Longe de considerar a história da Psicologia como fases a suceder, é notório que temos faces que estão em constante tensão, onde o crescente campo da denominada Psicologia Social convive com múltiplas concepções epistemológicas e, conseqüentemente, metodologias também distintas. Contudo, se algumas reivindicações dos anos 1980 foram superadas, pautas relativas à desigualdade social, ou melhor, as conseqüências nefastas da “questão social”, integram e estão vívidas nos debates e embates atuais. Mas como resolver a questão social no capitalismo? Pergunta retórica apenas como provocação. Se não há como superar, as políticas públicas seriam um meio de contribuir com o acesso a formas de vida menos degradantes? Como a Psicologia pode, se é que pode, auxiliar nesse sentido?

As políticas públicas estão no centro da agenda da Psicologia social; já não podemos mais dizer que sua inserção é recente e que há pouca produção de conhecimento. Já perguntamos “o que a psicologia faz no campo das políticas públicas”; já invertemos e interrogamos “o que as políticas públicas têm a dizer à Psicologia”. Talvez a Psicologia Social tenha se implicado, e segue implicada, com os modos como o contemporâneo produz as formas de ser sujeito. Não podemos dizer, veementemente, que já não tenta salvar pessoas, mas no desenrolar da história, vimos, contudo, que há mais problematizações do que afirmações. E isto segue nos interessando.

#### GOVERNABILIDADE: POLÍTICAS DE VIDA ENLAÇADAS AO CAPITALISMO

O conceito de biopolítica foi proposto por Foucault na análise do nascimento da medicina social, passou pela análise da governabilidade nazista da vida e chegou ao debate sobre os diferentes programas do neoliberalismo. Porém, ainda hoje, quando estamos prestes a comemorar meio século da conferência do filósofo francês no Rio de Janeiro que enunciou pela primeira vez um dos conceitos mais importantes da prática atual da análise política, muitas tentativas de usar essa ferramenta continuam presas de bem e mal, com tudo o que esse dualismo tem de encobridor. As tensões internas do conceito, tão evidentes em seus aparecimentos nas décadas de 1970 e 1980 da obra de Foucault, visavam justamente confrontar o caráter representacionista da atividade política da modernidade clássica que perdura em nossa modernidade: o finalismo vitalista do Estado moderno só é real num campo de interesse onde o gládio precisa ser sempre mais representado como bisturi.

Esse caráter representacionista da biopolítica enquanto dinâmica de governança do Estado que, a despeito de seu brilho régio, torna-se mero representante da burguesia justamente na Idade da Representação, ficou claro quando Deleuze e Guattari (2011) mostraram (sobretudo, no capítulo III: Selvagens, bárbaros, civilizados) a envergadura política que há na compreensão arqueológica do representacionismo, tal como Foucault (1992) o desvelou em *As palavras e as coisas*. Ademais, Deleuze e Guattari (2011) mostraram como essas análises que estavam sendo tecidas a várias mãos na filosofia francesa eram convergentes com a inteligibilidade revolucionária da função do Estado moderno como instrumento da burguesia bancária e financeira (LENIN, 1981a).

Assim, no plano da representação, há a suposta democratização da governabilidade formulada como: governar é proteger a vida. No plano da efetividade das relações de poder, governar é garantir a dominação de classe que se apodera do Estado pelo uso da vida do rebanho humano, o que significa dispor de sua vida e morte. Em outros termos, biopolítica é governar como se fosse um serviço à vida de todos, mas sendo, de fato, um serviço à vida de alguns. É aí que aparece a relação genealógica entre o crivo de raça e o crivo de classe que, apesar de diferentes, são historicamente aparentados no sentido genealógico de Foucault (2000).

Biopolítica, entretanto, não é apenas uma ferramenta restrita à análise das políticas nacionais. Tal como apontaram Deleuze e Guattari (2011), a pretensão universalizante do capitalismo exige uma



análise global da atualidade no bojo da análise da constituição mercantilista e classicista do estado moderno europeu. Essa pretensão universalizante se faz sob forma imperialista. A crítica filosófica da biopolítica nasceu numa época em que a consciência filosófica de que o capital havia se financeirizado e se independentizado da produção fabril, e que isso passava a exigir a reforma do modelo colonial de relação imperialista. O capital bancário liberado para o circuito mundializado dos empréstimos precisava de Estados nacionais soberanos para se tornarem cativos não mais da relação política formal da colônia, mas prisioneiros e vassalos do capital internacionalizado pela via do endividamento público (LENIN, 1981). As análises da biopolítica de Foucault têm esse pano de fundo, mas a abordagem é sutil, e coube a Achille Mbembe (2016) explicitar e tornar operante a ferramenta conceitual ‘biopolítica’ na análise do imperialismo.

Sobre a relação entre biopolítica e imperialismo, Mbembe (2016) evidenciou que a necessidade nazista de edulcorar a governança de morte como política de defesa da vida pela purificação da raça é aplicada de maneira análoga pelo Estado de Israel contra a população árabe da Faixa de Gaza. Segundo o filósofo sul-africano, quando os soldados israelenses atiram numa caixa de água de uma apertada e encurralada comunidade palestina, um povo forçado a um gueto, está em andamento uma política de morte, uma necropolítica, que visa promover outras vidas que não aquelas, outra raça que não aquela, pela desocupação do território na base do extermínio de sua população. Dessa forma, necropolítica não é um novo conceito diante de biopolítica. É a explicitação daquilo que o conceito de Foucault visa alavancar na análise, o jogo entre vida e morte. Mbembe impulsiona o conceito no plano da macroanálise, que pensa a política global do capitalismo imperialista. Deleuze e Guattari (2011) buscaram esse plano macroanalítico, e Foucault (1994c) reconheceu, neste empenho, o projeto de uma ética de vida não-fascista.

Ora, o banimento e até o estrangulamento econômico e vital de populações já havia sido denunciado por Marx (2013) em sua discussão sobre o conceito de acumulação primitiva. Mais recentemente, Harvey (2004), mostrou que todas as formas da acumulação primitiva do capitalismo, aprisionamento de populações inteiras por dívidas, expulsão de territórios antes inexplorados pelo capitalismo, privatização de bens do Estado ou terras comunais, apropriação de bens naturais, vêm sendo reinstaladas pelas políticas neoliberais. Ele fala de ‘acumulação via espoliação’ como nome para fazer com que a acumulação primitiva seja lida como dinâmica permanente do capitalismo na gestão de suas próprias crises e como necessidade implícita do capitalismo contra aquilo que Marx detectara, a diminuição progressiva da taxa de lucro do capital.

Dessa análise, emerge a percepção de que o capitalismo implica necessariamente, em sua fase imperialista e agora neoliberal, em uma governança da vida que ora desdenha a vida de populações e raças, ora as condena à morte. Quando o capital produtivo é abandonado pelo capital financeiro em busca de melhores taxas internacionais de lucratividade, regiões e setores produtivos inteiros nos Estados Unidos da América, na França, na Inglaterra, na Itália e no Brasil foram desativados. Mão de obra mais barata e sindicalmente despreparada em outra região do globo permite reiniciar uma industrialização com maior patamar de lucratividade. Morte do lado das regiões desindustrializadas e exploração do trabalho nas novas regiões industrializadas, e o ciclo de exploração do homem pelo homem recomeça no ponto em que estiveram as descrições de Engels (2008) sobre a situação de vida, saúde, educação, moradia do trabalhador inglês do século XIX.

Uma vez operando com o conceito de biopolítica na análise do imperialismo e fazendo isso no esforço de pensar as políticas públicas nacionais, certamente que toda a questão da definição e luta pelo caráter e interesse popular das grandes maiorias empobrecidas dos países periféricos do desenvolvimento capitalista e das regiões entregues à morte pelo imperialismo se faz condicionada pelo problema do enfrentamento político do endividamento público. O modo como as políticas públicas de interesse popular são sacrificadas em benefício das políticas públicas de contenção armada das massas e do pagamento da dívida foi magistralmente mostrado por Harvey (2014), e há uma abundante





produção de pesquisa sobre isso, inclusive no campo da psicologia social representado no presente *Dossiê*. Mas há também outro atentado direto contra as políticas públicas de caráter imperialista que o conceito de biopolítica ajuda a analisar, o embargo econômico.

A lista de países sob embargo econômico por parte de uma política definida nos Estados Unidos da América e seguida pela União Europeia é grande. Só na América Latina, nesse momento, além das décadas de embargo à Cuba, há também os impostos à Venezuela, à Nicarágua. Há países sob embargo em todos os continentes. A política de embargo econômico é uma política de morte e extermínio da população civil como forma de pressão sobre seus governos. Porém, mais uma vez, é preciso que a política de morte seja imposta em nome de escusas como ‘democratizar’ o país sob embargo. O embargo também pode vir conjugado com a guerra. Efetivamente, a guerra e o embargo buscam a conquista do petróleo e a predominância regional, mas isso precisa ser feito em nome da vida. Visa-se libertar a humanidade de armas biológicas de destruição em massa. Essas armas, no caso do que os E.U.A. e seus aliados fizeram contra o Iraque, nunca foram encontradas (HARVEY, 2014; SINGER, 2004). Mas há também as guerras por procuração. Há o cerco contra territórios não alinhados com o Uno, como a infiltração das políticas neoliberais que puseram a União Soviética abaixo e transformaram as ex-repúblicas soviéticas em presas fáceis da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em favor de um controle unificado dos mercados de petróleo e gás natural e preservação armada do dólar como moeda exclusiva do mercado internacional a despeito dos interesses de todos os países exceto daquele que tem o direito de emitir dólares. (MIRHAN, 2022). Pode-se lembrar Mbembe (2016): isso aí é a necropolítica da biopolítica, componente inerente e necessário do capitalismo.

A acumulação primitiva era e é predatória, mata e deixa morrer. O avanço capitalista não se faz sem ter de recorrer a práticas velhas (como endividamento do estado, expulsão de populações de seus territórios originais, entrega de bens públicos ao capital privado, anexação ao mercado capitalista de bens até então comunais, tudo isso já elencado no Livro I de *O capital*) e novas (destruição repentina de moedas nacionais pela retirada do capital volátil das bolsas de valores, golpes políticos contra governos municipais, estaduais e nacionais ligados aos movimentos sindicais e populares) (HARVEY, 2014).

No plano da governança internacional, ou seja, no âmbito do imperialismo mundial, a biopolítica é mais complexa, mas a alavanca analítica precisa fazer trincar a construção representacional falsificadora e emergir a efetividade histórica de maneira análoga à ideia da biopolítica como governança do estado nacional moderno. Os crimes contra a humanidade, como os embargos comerciais, as guerras de conquista de petróleo e as guerras por procuração para a manutenção do monopólio do dólar no mercado internacional, são construídos ideológica e propagandisticamente como defesa dos direitos humanos, dos direitos da mulher, da democracia. Nesse sentido, o neoliberalismo destaca-se como elaboração doutrinária da biopolítica imperialista.

A política de vida pela qual anseiam os pobres e na qual se engajam as profissões letradas é o engajamento em um estado nacional que conflitua aguda e tragicamente com as políticas de estado cuja única teleologia é a garantia armada do pagamento dos juros da dívida e a preservação do lugar de classe de uma burguesia nacional subserviente aos interesses do capital volátil internacional. Se há riquezas nacionais, desde os metais e as pedras preciosas, o petróleo, a água e até os produtos primários da agricultura e da pecuária, tudo está aí para ser extorquido em favor da concentração do capital. O estado e a governança estão em disputa numa luta renhida que é ou pela vida de uns poucos ou pela vida de todos: esse é o terreno em que travamos os embates teóricos e práticos a propósito das políticas públicas. Essa contradição é historicamente formada e não um dado da natureza. Por isso, ela demanda enfrentamentos filosófico e político no âmago do presente, que precisam ser feitos simultaneamente: macro e microanálise; análise do imperialismo e história dos modos de subjetivação.

Na fabricação da ordem política nacional e internacional em disputa, há simultânea e necessariamente a fabricação dos sujeitos. Os séculos XVII e XVIII conjugaram a biopolítica, como via



governamental da construção da disciplina dos corpos, e as disciplinas de base, as nascidas dentro da sociedade. Biopolítica e forma anátomo-política da disciplina, em conjunto, obedecem a teleologia da extorsão da produção pela fabricação humana. Mas foi somente após esse período que, com o nascimento das ciências humanas, emergiu a consciência filosoficamente explícita de que o humano é uma criação humana: a história no lugar da metafísica, acontecimento que também a psicologia social procura 'digerir', para usar uma metáfora de Nietzsche (1998).

Um dos momentos historicamente decisivos para o nascimento da história dos modos de subjetivação é o capítulo 13 do Livro I de *O capital* de Marx (2013). Talvez a cena mais plástica e pedagogicamente mais rica seja o modo como as práticas e regulamentos do chão de fábrica dão preferência aos corpos femininos e infantis como os mais fáceis de docilizar: fazer com que os movimentos das pequenas mãos se adequem ao giro da máquina de fiar tocada a motor a vapor.

No rastro da história da docilização dos corpos, *Vigiar e punir* (FOUCAULT, 1984) mostrou como a disciplina nasce na sociedade e coloniza o estado, seguindo a trilha analítica de Marx acima apontada, a que vai da análise da subjetivação enquanto construção social, de base, sobre o indivíduo, no encontro direto de homem como o homem, no seio da atividade produtiva; e só depois torna-se lei: as normas do regulamento de fábrica são assumidas pelo estado.

Mas essa perspectiva não parece contraditória com a de Max Weber (1982) que preferiu construir a história da disciplina pela via da máquina burocrática do estado e o seu investimento na formação dos letrados chineses. Efetivamente, a análise biopolítica inicial de Foucault (1994a) como nascimento da medicina social, seguindo bem de perto o trabalho de Rosen (1980), toma a constituição da política de governo, enquanto razão de estado, como ponto de partida que desce sobre as localidades, os cortes estatísticos transversais e, em última análise, até o corpo do sujeito, que se isola, que se pune, que se medicaliza, que se conforma.

É possível que um dos melhores momentos mais recentes de herança da tradição até aqui alinhavada seja a obra de Dardot e Laval (2016) porque nela a fabricação da subjetividade aparece como uma necessidade interna no quadro do desenvolvimento do capitalismo. A fabricação do sujeito empreendedor de si aparece como a forma consumada do estado nacional também ele atomizado como sujeito contábil (ou cada uma das esferas públicas: o município, a região, o estado confederado etc) diante de sua dívida bancária, de seu ranqueamento numa escala concorrencial a propósito de seu potencial em termos de uso na esfera do investimento financeiro.

No caminho dessa tradição analítica, macro e microanálise só podem operar bem se se remetem reciprocamente de maneira contínua. Mas essas palavras, macro e micro, são apenas metáforas das direções, dos pontos de partida. Eles são múltiplos. Em *Mil platôs*, Deleuze e Guattari (2011b) dizem que o capitalismo é sempre neocapitalismo, e nosso esforço só pode ser, na analítica das políticas públicas, procurar fazer sempre uma neoanálise. O esforço de fazer funcionar conjuntamente as máquinas de interpretação mais desconfiadas da nossa modernidade talvez lide com um permanente enigma fundamental do nosso tempo apontado em *As palavras e as coisas*. O nascimento dos saberes típicos desse novo tempo, que foi o do nascimento das ciências do homem, dependeu de uma ruptura epistemológica com o representacionismo classicista. A vida, o valor econômico e o ser da linguagem escapam a qualquer representação. Toda análise é obrigada a circunscrever infinitamente um inconsciente, uma invisibilidade que, a despeito disso, faz história por estar determinada no tempo. Todo o regime de empiricidade, toda visibilidade, toda demonstração passa a submeter-se a uma coordenação eminentemente teórica e conceitual. Nisso reside a atualidade das análises deste *Dossiê*, mas simultaneamente a fragilidade de nossos esforços. Daí, talvez, a humildade que tenhamos que aprender com Deleuze e Guattari (2011b) e com o estilo filosófico de Foucault. Vamos proliferando em rizoma análises que se pretendem revolucionárias, e não podemos deixar de pretender revolucionar um mundo regido por embargos econômicos, espoliações, endividamentos



espúrios, massacres das comunidades e dos povos para salvar o dólar. Mas o que podemos fazer, por ora, além de crescer como ervas nos sovacos da grande árvore que se pretende única e que quer a tudo e a todos submeter, para usar a metáfora da árvore e da erva de Deleuze e Guattari (2011a)? Essa árvore, a nosso ver, chama-se o 'Uno' (CLASTRES, 1978), pois não há o múltiplo quando se trata de imperialismo capitalista.

## O DOSSIÊ POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNABILIDADE DA VIDA

Os artigos reunidos neste Dossiê foram escritos por pesquisadoras e pesquisadores de diferentes universidades do Brasil, majoritariamente da área da Psicologia, mas também das áreas de Educação e Ciências da Saúde. Os olhares lançados para temáticas contemporâneas que transversalizam as políticas públicas com reflexões alinhadas à historicidade apontam pistas para uma compreensão da atualidade e contribuem com a pluralidade da produção de conhecimento do campo, reafirmando as interrogações como constantes e necessárias.

O artigo *Algumas notas às políticas públicas: historicidade e populações*, de Wanderson Vilton da Silva, Matheus Rios Silva Santos, José Vanilson Torres da Silva e Rafael Machado da Silva, inaugura o Dossiê problematizando a construção histórica das políticas públicas no país a partir de uma recente historicidade e de questões específicas da população de rua e LGBTQ+, pontuando sobre os atuais desmontes que colocam em risco as referidas populações e sobre as relações históricas e estruturais entre Estado e as vidas no país.

Daiane Gasparetto da Silva, Flávia Cristina Silveira Lemos, Bruno Jáy Mercês de Lima e Heidy Katrine Santos Moreno tecem reflexões sobre as práticas de governo das condutas no ensaio *Governamentalidade e política da verdade como cuidado e resistência*, propondo uma analítica da micropolítica e da produção do desejo como devir por meio de uma conversa de Foucault, Deleuze e Guattari e interrogando as práticas de saber, de poder e de subjetivação no presente como um processo de territorialização e desterritorialização. Propõem uma abertura ética, estética e política à vida afirmativa como possibilidade de inventar-se como territórios de existências e criação de passagens para construir linhas de fuga às capturas do desejo.

A governamentalidade também é tema do artigo de Lutiane de Lara e Lilian Rodrigues da Cruz. Em *Governamentalidade algorítmica e pandemia da Covid-19*, as autoras problematizam as estratégias de investimento na vida constituídas pelas políticas públicas de saúde brasileira durante a pandemia da Covid-19 a partir de um estudo com inspiração genealógica, onde buscam compreender os diferentes modos de gestão da vida engendrados nas endemias e epidemias de lepra, da peste, da varíola e, na atual, pandemia de Covid-19, trazendo dois fatores característicos dos últimos anos: o uso das redes sociais e das fake news como ferramentas de gestão que compõem o panorama da governamentalidade algorítmica.

Camila Francisca da Rosa e Mozart Linhares da Silva enfatizam a política de cotas raciais, que completaram 10 anos em 2022 no Brasil, utilizando como corpus analítico os enquadramentos midiáticos apresentados pela mídia sobre a lei, no artigo *Políticas raciais e o atravessamento do ethos neoliberal*. A partir da perspectiva da biopolítica, buscam analisar o par/ambiguidade empoderamento/coletividade e neoliberalismo/homoeconomicos como tensionadores das relações raciais implicados nos processos de subjetivação e na constituição de políticas públicas.

Com cenas do livro infanto-juvenil *Julián é uma sereia*, Érika Cecília Soares Oliveira e Késia dos Anjos Rocha constroem potentes discussões no artigo *Infância é coisa, coisa? proteger as infâncias para a manutenção do cisheteropatriarcado*. As autoras sustentam que, enquanto categoria etária, as infâncias têm sido construídas de modo hierárquico, colocadas como um vir a ser que justificaria sua incapacidade de se projetar no mundo, dada sua suposta imaturidade. A partir de leituras feministas





que buscam compreender como grupos conservadores se apropriam da retórica da proteção com vistas a proteger um projeto cisheteropatriarcal que os privilegia.

Na sequência, Alisson Tiago Gonçalves Vieira e Simone Maria Hüning inspiram-se em ferramentas teórico-metodológicas de Michel Foucault e analisam documentos históricos nacionais e internacionais, produzidos durante os séculos XX e XXI, sobre os direitos e políticas para crianças e adolescentes. No artigo *A invenção do direito à convivência familiar e comunitária* sinalizam que a produção do direito é marcada por práticas racistas, coloniais, filantrópicas, encarceramento, centralização sociofamiliar e adoção de discursos universais como estratégias de governar em diferentes períodos históricos.

No artigo *Programa Minha Casa Minha Vida, o sonho da casa própria e a construção do sujeito endividado*, as autoras Camila Leite Escosteguy, Neuza Maria de Fátima Guareschi e Carolina dos Reis discutem as formas com que as políticas habitacionais no Brasil, em especial o Programa Minha Casa Minha Vida, a partir do imperativo da realização do sonho da casa própria, produz modos de subjetivação a partir do endividamento da população beneficiária. A partir da análise de documentos oficiais, as autoras destacam discursos que atuam no governo da vida da população beneficiária, construindo um sujeito endividado econômica e subjetivamente, que servirá aos interesses do jogo neoliberal em curso, evidenciando dessa forma a inseparabilidade entre o desenho das políticas públicas e a produção de sujeitos.

Lançando olhares para a política de HIV/Aids no Brasil, Gabriel Luis Pereira Nolasco e Anita Guazzelli Bernardes, no artigo *Tensões entre corpos vetores e corpos políticos*, focam nas memórias dos itinerários da Aids diante dos distintos jogos históricos e políticos que se produziram desde sua emergência como problemática de um tempo. Com uma perspectiva pós-estruturalista e contra-colonial, problematizam as formas biopolíticas e necropolíticas de gestão da vida que constituem políticas de subjetivação: corpo-vetor e corpo-político no contemporâneo.

Vitória Sander Ferraro e Zuleika Köhler Gonzales discutem as práticas de cuidado voltadas para a saúde da infância no campo da saúde mental e percorrem o caminho histórico do surgimento da infância e de seu cuidado no artigo *Um passeio com cordélia na atenção à infância no campo da saúde mental*. Utilizando-se de uma metodologia biografemática, as autoras questionam as verdades postas e buscam uma clínica possível, escrevendo sobre outras formas de estar com a infância na saúde e sobre práticas que propiciem outros caminhos para expressão subjetividade infantil e a libertação das identidades cristalizadas.

Finalizando este *Dossiê*, Heitor Pasquim e Éder de Paula trazem um estudo histórico de base documental que discorre sobre a memória do Centro de Atenção Integrada em Saúde Mental - CAISM “Dr. David Capistrano da Costa Filho” da Água Funda, São Paulo, SP. No artigo *Hospital Psiquiátrico da Água Funda: entre processos de transformação e de manutenção da instituição*, buscam visibilizar os processos de transformação e de manutenção do Hospital, assim como as mudanças no cuidado dispensado aos usuários.

## REFERÊNCIAS

- CRUZ, L. R. da; HILLESHEIM, B.; EICHHERR, L. M. (org.). *Interrogações às políticas públicas: sobre travessias e tessituras do pesquisar*. Florianópolis: ABRAPSO, 2021.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O anti-Édipo. Capitalismo e esquizofrenia*. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2011a.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. V. I. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2011b.



- DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- EICHHERR, L. M.; HILLESHEIM, B.; CRUZ, L. R. da. Sobre vida(s). In: CRUZ, L. R. da; HILLESHEIM, B.; EICHHERR, L. M. (org.). *Interrogações às políticas públicas: sobre travessias e tessituras do pesquisar*. Porto Alegre: Abrapso Editora, 2021, p. 7-8.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FOUCAULT, M. La naissance de la médecine sociale. In: FOUCAULT, M. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994, V. III.
- FOUCAULT, M. Préface. In: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Anti-Oedipus: capitalism and Schizophrenia*. New ork, Viking Press, 1977, p. XI-XIV.
- FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins fontes, 2000.
- FOUCAULT, M. *Sécurité, territoire, population*. Cours au Collège de France. 1977-1978. Paris: Gallimard, Seuil, 2004a.
- FOUCAULT, M. *Naissance de la biopolitique*. Cours au Collège de France. 1978-1979. Paris: Seuil/ Gallimard, 2004b.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, v. 5, p. 7-41, 2009.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, D. *O neoliberalismo*. História e implicações. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- HILLESHEIM, B.; ROSA, R. C. Q.; COSTA, S. A. da; DARSIE, C. Com o sangue de quem foram feitos nossos olhos? uma proposta de tensionamento de ferramentas foucaultianas por olhares periféricos. In: CANNAVÔ, V. B.; PINTO, T. S.; ROCHA, C. M. F. (org.). *Nos rastros de Foucault: diálogos contemporâneos*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022, v. 1, p. 107-120.
- HÜNING, S. M.; GUARESCHI, N. M. F. Efeito Foucault: desacomodar a psicologia. In: Neuza M. F. Guareschi; Simone Maria Hüning. (org.). *Foucault e a Psicologia*. Porto Alegre: ABRAPSO SUL, v. 1, p. 107-127, 2005. (ISBN 8586472069)
- LENIN, V. I. El imperialismo, fase superior del capitalismo. Esbozo popular. In: LENIN, V. I. *Obras escogidas en tres tomos*. (Tomo 1). Moscou: Progreso, v. 1, p. 677-787, 1981a.
- LENIN, V. I. Acerca del Estado. Conferencia pronunciada en la Universidad Sverdlov. El 11 de julio de 1919. In: LENIN, V. *Obras escogidas en tres tomos*. (Tomo 3). Moscou: Progreso, p. 256-273, 1981b.
- MARX, K. *O capital*. Crítica da economia política. Livro I. O processo da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MBEMBE, A. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, n. 32, p. 123-151, dez., 2016.
- MIRHAN, L. *A atualidade da luta anti-imperialista*. Campinas: Apparte, 2022.
- MORAES, Marcia. A psicologia como reflexão sobre as práticas humanas: da adaptação à errância. *Estudos de Psicologia*, Natal, Rio Grande do Norte, v. 8, n.13, p. 535-539, 2003.
- NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral*. Uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ROSEN, G. *Da polícia médica à medicina social*. Ensaio sobre a história da assistência médica. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- SILVA, R. N. Notas para uma genealogia da Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 12-19, 2004.
- SINGER, P. *Um só mundo: a ética da globalização*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.



SUGIZAKI, E. Do nascimento da saúde pública à saúde coletiva: reativar a contra-história. *Revista História: Debates e Tendências*, v. 21, n. 1, p. 79-99, 2020.

SUGIZAKI, E. Ferramentas filosóficas para agir nas políticas públicas. *In: CRUZ, L. R. da; HILLESHEIM, B.; EICHHERR, L. M. Interrogações às políticas públicas: sobre travessias e tessituras do pesquisar*. Florianópolis: ABRAPSO, 2021, p. 93-119.

WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

